

Falar e comer: estereótipos culturais e subvalorização das vivências ancestrais no Sul de Moçambique

Percina António Djamba^I



Vitória Estêvão Tovela^{II}



Marinalva Vieira Barbosa^{III}



Luciana de Almeida Silva Teixeira^{IV}



Júlio Magido Velho Muara^V



Resumo

O artigo tem o objetivo de analisar como os estereótipos associados às línguas nacionais e às práticas alimentares típicas contribuem para a reprodução de hierarquias culturais e para a subvalorização das vivências ancestrais no sul de Moçambique. Parte-se da compreensão da linguagem e da alimentação como sistemas simbólicos estruturantes da identidade e da organização social. Com base em abordagem qualitativa e revisão bibliográfica crítica, o artigo dialoga com Bourdieu (1977), Lévi-Strauss (1966) e Mary Douglas (1966), articulando-os à pesquisadores moçambicanos, como Chimbutane *apud* Gomes (2022); Ngunga (2021); Timbane (2015, 2017) e brasileiros, Gonçalves (2004) e Tempasse (2005) que discutem língua, cultura e poder. Os resultados indicam que línguas maternas e comidas típicas são frequentemente associadas ao atraso ou baixa posição social, enquanto padrões de matriz ocidental são naturalizados como superiores. À luz da violência simbólica, demonstra-se que tais processos legitimam distinções sociais e fragilizam pertencças culturais.

Palavras-chave: Estereótipos culturais; Moçambique; violência simbólica.

I. Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro, em Uberaba/Minas Gerais/Brasil, como parte da cooperação científica e interinstitucional com o Instituto Superior de Ciências de Saúde, de Moçambique. Docente do Instituto Superior de Ciências de Saúde. Maputo, Moçambique. E-mail: djambapercina9@gmail.com.

II. Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro, em Uberaba/Minas Gerais/Brasil, como parte da cooperação científica e interinstitucional com o Instituto Superior de Ciências de Saúde, de Moçambique. Uberaba, Minas Gerais, Brasil. E-mail: vitoriatovela@gmail.com.

III. Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. Professora Associada IV do Depto. de Linguística e Língua Portuguesa da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Uberaba, Minas Gerais, Brasil. Uberaba, Minas Gerais, Brasil. E-mail: marinalva.barbosa@uftm.edu.br.

IV. Doutora em Medicina Tropical e Infectologia pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Professora Titular do Departamento de Clínica Médica da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, atuando como Superintendente do Hospital de Clínicas e nos Programas de Pós-graduação em Medicina Tropical e Infectologia. Uberaba, Minas Gerais, Brasil. E-mail: lalmeidast@gmail.com.

V. Doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Professor/Pesquisador no Instituto Superior de Ciências de Saúde, e exerce as funções de Diretor Pedagógico e Diretor do curso de Mestrado em Segurança e Saúde no Trabalho. Maputo, Moçambique. E-mail: velho-magido@hotmail.com.

Speaking and eating: cultural stereotypes and the undervaluation of ancestral experiences in Southern Mozambique

Abstract

The article aims to analyze how stereotypes associated with national languages and typical dietary practices contribute to the reproduction of cultural hierarchies and the devaluation of ancestral experiences in southern Mozambique. It starts from the understanding of language and food as symbolic systems structuring identity and social organization. Based on a qualitative approach and critical literature review, the article engages with Bourdieu (1977), Lévi-Strauss (1966), and Mary Douglas (1966) articulating them with Mozambican researchers, like Chimbutane *apud* Gomes (2022), Ngunga (2021) and Timbane (2015, 2017) and Brazilian researchers: Gonçalves (2004) and Tempasse (2005), who discuss language, culture, and power. The results indicate that mother tongues and typical foods are frequently associated with backwardness or low social standing, while Western-based patterns are naturalized as superior. In light of symbolic violence, it is demonstrated that such processes legitimize social distinctions and weaken cultural belonging.

Keywords: Cultural stereotypes; Mozambique; symbolic violence.



Hablar y comer: estereotipos culturales y la subvaloración de las experiencias ancestrales en el Sur de Mozambique

Resumen

El artículo tiene como objetivo analizar cómo los estereotipos asociados a las lenguas nacionales y a las prácticas alimentarias típicas contribuyen a la reproducción de jerarquías culturales y a la devaluación de las experiencias ancestrales en el sur de Mozambique. Parte de la comprensión del lenguaje y la comida como sistemas simbólicos que estructuran la identidad y la organización social. Basado en un enfoque cualitativo y una revisión crítica de la literatura, el artículo dialoga con Bourdieu (1977), Lévi-Strauss (1966) y Mary Douglas (1966), articulándolos con los investigadores mozambiqueños, como Chimbutane *apud* Gomes (2022), Ngunga (2021) y Timbane, (2015, 2017) y los investigadores brasileños Gonçalves (2004) y Tempasse (2005), quienes abordan el lenguaje, la cultura y el poder. Los resultados indican que las lenguas maternas y las comidas típicas se asocian frecuentemente con el atraso o la baja posición social, mientras que los patrones de origen occidental se naturalizan como superiores. A la luz de la violencia simbólica, se demuestra que estos procesos legitiman las distinciones sociales y debilitan el sentido de pertenencia cultural.

Palabras clave: Estereotipos culturales; Mozambique; violencia simbólica.



Introdução

Desde os primórdios da humanidade, a comunicação e a alimentação representam-se como dimensões centrais da vida social, atuando simultaneamente como formas de expressão simbólica, sobrevivência e organização coletiva (Canesqui; Garcia, 2005). Por meio da linguagem, expressa em sinais, gestos e palavras, e das práticas alimentares, que envolvem a procura, a preparação, a distribuição e o consumo dos alimentos, os grupos humanos constroem significados, regulam relações sociais e afirmam pertencas culturais.

O conhecimento oriundo da experiência do dia a dia, compreendido como empirismo, resulta da acumulação histórica de saberes e práticas partilhadas no interior das comunidades (Gava, 2016). Tais saberes orientaram a constituição de modos de viver (*modus vivendi*) e de agir (*modus operandi*) que, ao longo do tempo, solidificaram-se como referências identitárias e culturais das sociedades. Nesse sentido, as vivências ancestrais não se restringem à herança do passado, mas constituem elementos ativos na interpretação e organização das práticas sociais modernas.

As manifestações dessas práticas possibilitam superar leituras reducionistas que desconsideram a dimensão cultural dos comportamentos sociais, e ao mesmo tempo favorecem a compreensão dos costumes atuais como processos de continuidade, adaptação e ressignificação histórica (Oliveira, 1998). Hábitos, escolhas e práticas podem, assim, ser interpretados como expressões da memória coletiva (Silva; Marçal, 2012), da identidade e da liberdade cultural dos grupos, e não como vestígios ultrapassados.

Conforme assinala Silva e Marçal (2012), experiências vividas mesmo por um único indivíduo podem adquirir caráter coletivo no âmbito da memória social, uma vez que as lembranças a elas associadas são partilhadas, evocadas e reinterpretadas socialmente. Todavia, quando concebidas como sistemas fechados, funcionais e dissociados dos contextos socioculturais amplos, as



vivências ancestrais enfrentam limites significativos no plano institucional (Canesqui; Garcia, 2005).

Políticas e práticas que ignoram os saberes locais tendem a gerar resistências sociais ou a produzir resultados limitados, sobretudo no que diz respeito às dimensões do “falar e comer”, frequentemente alvo de intervenções normativas. Em contrapartida, iniciativas que dialogam com os valores, os conhecimentos e as experiências das comunidades revelam maior potencial de adesão, sustentabilidade e eficácia social.

Canesqui e Garcia (2005) sublinham que os saberes locais estão associados a crenças culturalmente construídas, muitas vezes interpretadas de forma reducionista como “magia”, o que contribui para a sua deslegitimação. Paralelamente, a diversidade cultural nem sempre é reconhecida positivamente nos espaços sociais, em particular nas instituições educativas, laborais e de lazer. Nesses contextos, a estigmatização cultural decorre, em grande medida, da não aceitação do “diferente e do desconhecido” (Canesqui; Garcia, 2005), conduzindo à desvalorização do patrimônio cultural imaterial.

Moçambique, insere-se nesse contexto, distinguindo-se pela pluralidade de povos, línguas e tradições que constituem a sua identidade sociocultural. Embora o português seja a língua oficial, coexistem diversas línguas moçambicanas de origem *bantu*, utilizadas como importantes veículos de transmissão de conhecimentos, valores e memórias coletivas. Da mesma forma, as práticas alimentares tradicionais expressam modos de vida, relações sociais e identidades construídas historicamente pelas diferentes comunidades.

Nessa vertente, a desvalorização dos saberes locais manifesta-se de forma particularmente evidente em relação às línguas nacionais, que, segundo Menezes (2013, p. 24), “foram colocadas à margem das escolas devido a fatores históricos e políticos”. Tal lógica de marginalização, se observa, igualmente, nas práticas alimentares típicas que historicamente, são postas na posição secundária, em diferentes espaços institucionais, em detrimento de referências



alimentares consideradas modernas ou hegemônicas (Woortmann; Cavignac, 2016).

À luz dessa conjuntura, o presente trabalho tem como objetivo analisar de que modo os estereótipos associados ao uso das línguas nacionais e às práticas alimentares típicas, se manifestam nos espaços educativos, de trabalho e de lazer na região sul de Moçambique e compreender como esses estigmas contribuem para a subvalorização das vivências ancestrais e para a reprodução de hierarquias culturais no espaço social contemporâneo.

Percurso metodológico

O artigo enquadra-se numa abordagem qualitativa, de carácter exploratório e interpretativo e orienta-se para a compreensão dos significados (Gil, 2008; Perez, 2012). Neste contexto, tais significados são atribuídos às práticas linguísticas e alimentares nos espaços sociais da região sul de Moçambique. Parte-se do pressuposto de que a linguagem e alimentação constituem sistemas simbólicos socialmente construídos, cuja análise exige a apreensão dos sentidos, das representações e das relações de poder que lhes estão subjacentes.

Do ponto de vista metodológico, o artigo fundamenta-se numa revisão bibliográfica analítica e crítica, que constitui o corpus documental do artigo vinculando contribuições de obras teóricas clássicas de Pierre Bourdieu (1977), Claude Lévi-Strauss (1966) e Mary Douglas (1966). Estes clássicos por sua vez, se articulam com pesquisadores contemporâneos, brasileiros e moçambicanos como, Baccega (1998), Gonçalves (2004), Tempasse (2005), Woortmann e Cavinag (2016), Chimbutane *apud* Gomes (2022), Ngunga (2021) e Timbane (2015, 2017), respectivamente, nas áreas da antropologia e sociologia, de produções académicas sobre políticas linguísticas e práticas culturais em Moçambique, bem como narrativas experienciais dos autores, mobilizadas como dispositivos interpretativos para análise dos processos de estigmatização linguística e alimentar.



A seleção bibliográfica privilegiou as obras acima citadas, pertinentes à análise da violência simbólica, da estigmatização cultural e das políticas linguísticas em Moçambique, priorizando produções com relevância teórica consolidada e inserção contextual no cenário moçambicano. No que concerne ao material empírico a análise foi conduzida em três etapas: inicialmente, realizou-se a leitura exploratória das obras selecionadas, identificando-se categorias centrais como violência simbólica, *habitus* e distinção social. Em seguida, procedeu-se à articulação dessas categorias com exemplos empíricos relativos às práticas linguísticas e alimentares no sul de Moçambique. Por fim, desenvolveu-se interpretação temática orientada pela problematização das dinâmicas de hierarquização cultural presentes nos espaços educativos, laborais e familiares.

A utilização da narrativa experiencial fundamenta-se na perspectiva epistemológica que reconhece o caráter situado do conhecimento social e a impossibilidade de neutralidade absoluta do pesquisador. Ao assumir a própria inserção no campo analisado, o artigo aproxima-se de uma tradição reflexiva que compreende a experiência como espaço privilegiado de manifestação das estruturas simbólicas investigadas. As narrativas não são mobilizadas como dados representativos, mas como instâncias reveladoras dos mecanismos de violência simbólica e distinção cultural que atravessam o cotidiano. O foco analítico do artigo concentrou-se na forma como os estereótipos associados ao “comer” e ao “falar” operam como instrumentos de distinção social, contribuindo para a reprodução de desigualdades simbólicas no contexto contemporâneo moçambicano.

Resultados e discussão

Esta seção organiza e problematiza os achados da pesquisa a partir de um movimento analítico que prioriza as tensões, ambiguidades e contradições emergentes nas experiências dos sujeitos. Mais do que descrever fatos, a discussão busca sinalizar os deslocamentos, adaptações e negociações que



contrastam o cotidiano, permitindo apreender como determinadas práticas ganham visibilidade, são ressignificadas ou, ao contrário, relegadas a zonas de silêncio. Ao conectar diferentes planos de análise, a seção propõe uma leitura que enfatiza os efeitos das dinâmicas nas formas de reconhecimento e posicionamento social, dando primazia a uma compreensão densa dos processos em curso. Para dar início à análise, a seção abre como primeiro eixo temático, que examina as vivências ancestrais em contextos urbanos, destacando, como se orquestram os processos de visibilidade e contraste no encontro entre diferentes referenciais da cultura.

Da diversidade cultural à estigmatização: vivências ancestrais em contextos urbanos

A diversidade cultural constitui um elemento estruturante das sociedades vigentes, sobretudo em ambientes marcados por heranças coloniais e intensos processos de urbanização. Nas referidas realidades, vivências ancestrais associadas às línguas maternas e às práticas alimentares tradicionais são frequentemente reformuladas à luz de valores ligados à modernidade, à escolarização e ao prestígio social. Ao transitar dos contextos comunitários para os espaços urbanos, educativos e laborais, tais práticas passam a ser submetidas a dinâmicas de poder simbólico que estimulam a valorização de referências consideradas ocidentais, em detrimento dos saberes e expressões locais.

Assim sendo, observa-se a constituição de mecanismos de exclusão cultural que operam tanto no plano da linguagem quanto no da alimentação, compreendidos aqui como dimensões centrais da identidade e da experiência social. Conforme Woortmann e Cavinag (2016, p. 70), trata-se do “consumo da inovação na modernidade tornada tradição”, em que determinados padrões culturais são naturalizados como superiores, enquanto outros são classificados como inadequados ou atrasados. É neste quadro que Tovela, Teixeira e Muara (2025, p. 84) propõem a noção de “massacre cultural”, entendida como o



processo sistemático de deslegitimação, reconfiguração e silenciamento de práticas e saberes ancestrais em cenários marcados por hierarquias simbólicas. Tais processos, embora formulados teoricamente, manifestam-se de maneira concreta nas práticas cotidianas, especialmente na forma como saberes e costumes são nomeados, consumidos e socialmente reconhecidos.

Um exemplo elucidativo dessa dinâmica se manifesta na designação de preparações alimentares tradicionais, que variam conforme o território. A título de exemplo, a mistura à base de amendoim ou castanha de caju torrados com açúcar e farinha de mandioca, conhecida no sul de Moçambique como *mwalina* (Inhambane), *xikhabha* (Gaza) e *lifetse* (Maputo), passa a ser denominada *molina* no espaço urbano. Assim, a renomeação de preparações típicas, ou substituição de ingredientes e restrição do seu consumo, historicamente influenciada pela presença e pela mediação linguística do colono português, se traduz como violência simbólica, que desponta ao transformar preferências, culturalmente situadas em critérios universais de distinção social (Bourdieu, 1977). Tal alteração terminológica, longe de ser neutra, resulta de relações históricas de subordinação e de preconceitos em relação às culturas africanas, frequentemente justificadas pela alegada dificuldade de pronúncia em língua portuguesa.

Fato semelhante, concomitantemente, observa-se nos contextos de convívio familiar e laboral, onde há tendência de ocultar o consumo de preparações típicas, como *xiguinya*, mistura de mandioca cozida, amendoim pilado, folhas de abóbora, feijão *nyemba*¹ e *cacana*², intensificando a desvalorização, dos símbolos e vivências ancestrais no dia a dia urbano, em consonância com as dinâmicas de ajustamento às normas de prestígio social, anteriormente constatadas. O mesmo verifica-se no campo linguístico, uma vez que as línguas constituem instrumentos centrais de comunicação, socialização e construção identitária.

No contexto africano, conforme assinala Tchimboto (2024, p. 53), as línguas maternas resultam da “coexistência entre duas ou mais línguas autônomas,



uma europeia e outras africanas”. Em Moçambique, contudo, essa convivência foi historicamente marcada por relações de imposição, nas quais o português foi promovido como língua dominante, conduzindo à desvalorização das línguas nacionais em relação a idiomas ocidentais, socialmente prestigiados, em decorrência da herança colonial (Chimbutane *apud* Gomes, 2022; Timbane, 2017). Debates acadêmicos sobre estigmatização linguística revelam que o uso das línguas maternas nos espaços sociais, inclusive como estratégia de clarificação dos códigos linguísticos é muitas vezes concebida de forma pejorativa, reforçando hierarquias simbólicas historicamente construídas. Em sequência, os processos de estigmatização estendem-se, ainda, às práticas de nomeação no seio familiar. Conforme observa Firmino (2008) a atribuição de um nome tradicional e outro oficial reflete a convivência entre duas ordens simbólicas, pois que,

Imerge em dois mundos, o ‘tradicional’, de que derivam elementos simbólicos que sustentam a identidade étnica, construída socialmente como ‘genuína’, e o ‘moderno’, tido localmente como exógeno, associado à ascensão social e ativação de uma identidade cosmopolita, trans-étnica (Firmino, 2008, p. 132).

Na prática, o nome tradicional tende a ser restrito ao espaço familiar, sendo ocultado nos ambientes escolares, profissionais e lazer por considerá-lo socialmente desvalorizado. A título de exemplo, apelidos (sobrenomes) Mondlane, Mandlaze, Mandlate, Thobhele, Guiamba, etc., foram modificados para Monjane, Manjaze, Manjate, Tovela, Djamba, respetivamente. Tal estratégia expõe a internalização dos estigmas culturais e o esforço dos sujeitos para se adequarem às normas simbólicas dominantes, muitas vezes às custas da negação de elementos centrais da sua identidade cultural. À luz de Bourdieu (1977) a reestruturação dos nomes pode ser percebida como estratégia adaptada às exigências do campo social, na qual os sujeitos, orientados por um *habitus* moldado pela dominação simbólica, acumulam o simbolismo socialmente reconhecido.



A modificação onomástica manifesta, assim, a eficácia da violência emblemática, que atua de forma invisível ao converter arbitrariedades culturais em evidências naturalizadas, que levam os próprios agentes a consentirem, muitas vezes de modo inconsciente, a desvalorização das suas referências identitárias de origem. O fato é que, esse conjunto de práticas revela a profundidade da violência simbólica, que para além de regular o que se come ou como se nomeiam os sujeitos, define quais formas de expressão são legítimas ou socialmente aceitáveis. É nesse horizonte que se inscreve a marginalização das línguas maternas, particularmente nos espaços educativos e laborais, onde operam com maior intensidade as normas de prestígio linguístico, fruto do imperialismo colonial.

No respetivo quadro amplo de hierarquização cultural, em que práticas e saberes são continuamente classificados e avaliados, segundo critérios de legitimidade social, a linguagem assume um papel particularmente sensível. Se por um lado as práticas alimentares ilustram processos de visibilidade e ocultamento no cotidiano, por outro, as línguas maternas revelam de forma, predominantemente incisiva, os mecanismos de regulação simbólica que operam nos espaços institucionais. É, portanto, nesse deslocamento analítico, do plano global das vivências culturais para o campo específico da linguagem, que se inscreve a discussão a seguir.

Línguas maternas, poder simbólico e exclusão nos espaços educativos e laborais

A língua representa, não apenas um meio de comunicação, porém um instrumento de construção identitária, de reprodução das relações de poder e de acesso diferenciado aos meios sociais, educacionais e profissionais. Na arena africana as línguas desempenham papel fundamental na socialização primária, na transmissão e preservação da história, saberes e valores culturais de geração em geração, constituindo alicerce das identidades individuais e



coletivas em comunidades cuja oralidade sustenta a vivência social (Timbane, 2015, 2017; Zossou, 2021).

Entretanto, o papel estruturante das línguas africanas foi historicamente tensionado pela imposição das línguas europeias durante o período da escravidão e do colonialismo, processo que provocou o silenciamento e a desvalorização das culturas e identidades locais. No processo de construção dos Estados-nação africanos, as línguas locais foram sistematicamente enquadradas como entraves à unidade política e ao projeto de modernidade. Conforme explica Ngunga (2021, p. 88),

[...] por causa da sua diversidade em muitos países, eram vistas como nocivas ao processo de criação de uma nação unida, forte e próspera. Por isso tinham de ser eliminadas para não exacerbar os ânimos tribais porque os territórios africanos são, geralmente, multiétnicos e multiculturais. Além disso, o seu papel na construção da nação com uma administração moderna era nula por causa de se encontrarem em estágio incipiente do seu desenvolvimento, sem sistema de escrita nem descrição, o que se traduzia na sua incapacidade de comunicar conceitos modernos e científicos.

Esta exposição sinaliza como o processo da deslegitimação das línguas africanas foi historicamente construída e naturalizada, sustentando práticas modernas de exclusão, principalmente, nos espaços institucionais.

Em Moçambique, esse processo materializou-se por meio de uma política assimilacionista, orientada para a consolidação da língua portuguesa como língua de toda a população (Ngunga, 2021). Para Mazula e Severino (1995), tal dinâmica deu continuidade às formas de dominação política e social, dificultando a descolonização cultural e mantendo a cisão entre sociedade colonizadora e colonizada.

Nessa conjuntura, a institucionalização dessa hegemonia consolidou-se com a Lei 4/83, de 23 de março de 1983, que estabeleceu exclusivamente o português como língua oficial, de unidade e comunicação nacional visando a “formação do homem novo livre do obscurantismo, da superstição e da mentalidade burguesa” (nº1, Art. 4), (Moçambique, 1983), visando a erradicação



do analfabetismo, a introdução da escolaridade obrigatória, a formação de quadros para as necessidades do desenvolvimento econômico e social, além da investigação científica, tecnológica e cultural. Segundo Muara (2020, p. 53), “trata-se da primeira lei que congrega, oficialmente, e de forma regulada as Políticas Educacionais em Moçambique”.

Tanto Ngunga (2021) quanto Chimbutane *apud* Gomes (2022), entenderam essa estratégia como uma tentativa arriscada de construir uma visão nacionalista (uma língua, uma nação, um território) em detrimento da filosofia nacionalista (uma língua africana, de comunicação ampla) tendo em conta a realidade linguística do país. Como consequência, as línguas locais permaneceram circunscritas aos domínios familiares e comunitários, contribuindo para a estigmatização dos seus falantes e para a marginalização da diversidade linguística e cultural do país. Tal subjugação, que posiciona esses povos como potencialmente incapazes, manifesta-se de forma explícita na maneira como os falantes das línguas maternas são socialmente conotados.

A esse respeito, Timbane (2015, p. 96) assinala que esses indivíduos são rotulados como “atrasados, inferiores, intelectualmente retardados e selvagens”. Assim, estabelece-se uma associação simbólica entre português e modernidade, desenvolvimento, competência e mobilidade social (Timbane, 2015), enquanto as línguas nacionais são relegadas à condição de inferioridade. Paradoxalmente, como argumenta Ngunga (2021), as línguas nacionais moçambicanas constituem a língua materna (L1) de mais de 80% da população e são estruturantes das práticas culturais e cognitivas das comunidades, sendo essenciais para o desenvolvimento da aprendizagem e para a participação social efetiva. Ainda assim, foram historicamente discriminadas no sistema educativo e nos espaços institucionais.

Durante o período colonial e pós-independência, os alunos eram proibidos e desincentivados a falar o seu idioma materno, sob pena de sanções, como apontam, Ngunga, (2021) e Timbane, (2015). Em virtude disso, (Ngunga, 2021, p. 96), salienta que



[...] embora um número razoável de moçambicanos tivesse conseguido desistir das suas culturas e línguas, milhões de moçambicanos não conseguiram frequentar a escola ou frequentaram por poucos dias ou meses e depois desistiram por causa da hostilidade e violência que caracterizavam o ambiente linguístico escolar.

A violência simbólica descrita por Ngunga (2021) prolonga-se no tempo e manifesta-se, também, na proibição, em contexto familiar, do uso das línguas maternas. Experiências empíricas vivenciadas na província de Sofala, indicam que o uso das línguas *ndau* e *sena*, era desencorajado no espaço familiar, sob a razão de que tais idiomas comprometeriam a aprendizagem do português. Outro cenário da desvalorização das línguas maternas é descrito no estudo realizado por Covane (2022) com a participação de gestores e professores da educação bilingue, mães encarregadas de educação e uma formadora do ensino básico, como ilustra a citação abaixo:

A Professora Isabel (nome fictício) ressalta a atividade que exerce como muito importante, a de ensinar uma língua materna moçambicana, mas sente-se desprezada por isso, tanto pelos colegas que não têm turmas bilingue quanto por algumas pessoas da sociedade e da família. Durante a conversa, Isabel contou que um dia se sentiu muito mal porque a filha telefonou-lhe a lamentar o fato de ter sido dada a ela uma turma de educação bilingue (Covane, 2022, p.104-105).

Diante desse dilema, Castiano e Ngoenha (2013) defendem a necessidade de inclusão dos saberes e valores locais no currículo, como forma de construir uma educação contextualizada e socialmente relevante. Nessa mesma linha de pensamento, Patel (2022) argumenta que numa sociedade plurilíngue e heterogênea como Moçambique, a hegemonia linguística ou o uso exclusivo do português no processo educativo, aliado à continuidade de modelos e metodologias importados, produzem exclusão pedagógica, cognitiva e cultural, inibindo a participação democrática e contribuindo para o baixo rendimento e abandono escolar. É nesse contexto que Benson (1997) reforça o surgimento do ensino bilingue como resposta ao insucesso escolar agravado pelo ensino, apenas em língua portuguesa, no período pós-independência que tencionava



adequar o processo de ensino-aprendizagem ao panorama linguístico do aprendente.

A análise desses processos pode ser aprofundada à luz de Pierre Bourdieu (1977), para quem a escola e o mercado de trabalho operam como campos de imposição de uma língua legítima, convertendo o capital linguístico dominante em capital simbólico. Assim, os falantes das línguas nacionais são constrangidos a silenciar os seus repertórios sob pena de desqualificação social. Variações na pronúncia do português eram rotuladas, no contexto familiar, como “pretoguês”, termo que denota uma percepção depreciativa das interferências provenientes das línguas locais. Tal episódio expõe a internalização de ideologias monolíngues e a supremacia simbólica atribuída ao português padrão.

Essa lógica, também, é realçada no poema de Calane da Silva³, citado por Oliveira (2005), que diz o seguinte: “*Xicandarinha* não! Chaleira meu burro! ripostava a mamã que, falando com o tio Dinasse em *ronga*, só nos autorizava o diálogo em português e correto” (Oliveira, 2005, p.1). Tal diálogo revela processos de exclusão, nos quais o abandono da língua materna se torna requisito tácito de inserção social onde as identidades culturais são produzidas no interior de relações de poder. Portanto, as designações atribuídas às línguas maternas, como: “pretoguês, língua de cão, landim, dialeto, língua dos pretos” (Timbane, 2017, p. 22) não limitam exclusivamente, o acesso equitativo ao conhecimento e ao trabalho, como fragilizam as formas de pertença cultural, reforçando desigualdades simbólicas historicamente construídas.

Em face da tese “a distinção: Crítica social do julgamento do gosto” de Pierre Bourdieu (1977), tanto a linguagem quanto a alimentação podem ser compreendidas como campos privilegiados de distinção social, nos quais se disputam legitimidade, prestígio e reconhecimento simbólico. O modo de falar e o modo de comer não constituem práticas cotidianas, todavia, expressões incorporadas de *habitus* que sinalizam pertencimentos, posições sociais e capitais culturalmente valorizados. Assim como determinadas variedades linguísticas são investidas de maior capital simbólico e convertidas em padrão



legítimo, também certos hábitos alimentares passam a operar como marcadores de *status*, civilidade e modernidade. Em ambos os casos, a hierarquização não decorre de qualidades intrínsecas às práticas, porém, de processos históricos de consagração que transformam arbitrariedades culturais em critérios socialmente reconhecidos de distinção.

Práticas alimentares tradicionais, modernidade e desvalorização cultural

As práticas alimentares tradicionais, enquanto expressões simbólicas enraizadas na história e na organização social das comunidades, constituem um campo privilegiado na disputa entre referências locais e modelos hegemônicos de modernidade. Em contextos urbanos e institucionais, tais práticas são frequentemente reclassificadas como inadequadas, pouco higiênicas ou incompatíveis com estilos de vida considerados modernos, sendo deslocadas para o espaço privado ou familiar. Conforme sinaliza Mary Douglas (1966) citado por Gonçalves (2004), as práticas alimentares não se limitam a satisfazer as necessidades biológicas; elas, também organizam ordens sociais, morais e simbólicas.

Nesta mesma linha, Tempasse (2005, p. 48) defende que “o ato de comer envolve, para além da função nutricional, (igual para todos os seres vivos), a simbólica, (própria do ser humano), fruto de construções culturais que determinam o que é comestível em cada sociedade” podendo caracterizar-se, assim, como espaço de produção de significados, distinções e hierarquias socioculturais.

Desse modo, a classificação dos alimentos, segundo Gonçalves (2004) e Tempasse (2005), organiza-se em categorias como: alimentos proibidos e permitidos; do dia-a-dia e de festa; de homens e de mulheres; de crianças e de adultos; de pobres e de ricos. Essa última designação, longe de ser neutra, expõe disputas simbólicas e relações de poder, na medida em que tende a associar o tradicional ao atraso, à ruralidade ou à pobreza, enquanto o moderno



é frequentemente relacionado à urbanidade, ao progresso e à modernidade social.

A referida dicotomia simplifica e obscurece processos históricos complexos e contribui para a hierarquização cultural das práticas alimentares, que ampliam distinções e estigmatização social. Logo, a subvalorização das comidas típicas compreende manifestação concreta da colonialidade alimentar⁴ (Oliveira; Silva; Ferreira, 2024), ao naturalizar hierarquias entre o que é percebido como tradicional e o que é reconhecido como moderno.

Tal fato se expressa, comumente, em convívios familiares nos quais servir pratos considerados modernos, mesmo em situações de escassez, representa estratégia de aceitação e afirmação social, no entanto, Tempasse (2005, p. 52), considera, também, esse ato, como “ritual de hospitalidade”. Importa sublinhar que a hierarquização cultural não emerge de forma espontânea. Resulta de processos históricos de subalternização cultural (Oliveira; Silva; Ferreira, 2024), que alteram os valores atribuídos aos saberes ancestrais. Sob essa lógica, práticas culinárias enraizadas nas vivências comunitárias são desacreditadas e subjugadas como incompatíveis com ideais de urbanidade e modernidade.

Nesse quadro, observa-se que a prática de levar comida de casa para o local de trabalho, embora comum, no contexto moçambicano, assume significados diferenciados conforme o alimento transportado. Indivíduos que ocupam cargos de chefia ou possuem elevado capital acadêmico, como mestres e doutores, são frequentemente associados a expectativas de conduta que incluem o que comem e como falam. Quando tais expectativas não são cumpridas, emergem expressões estigmatizantes, como o ditado “o gueto não saiu da pessoa”. Tal fenômeno foi analisado por Oliveira, Silva e Ferreira (2024), ao indicarem que “alimentos, hábitos alimentares, modo de preparo e formas de se alimentar são valorizados, ou desvalorizados, até mesmo estigmatizados, conforme a proximidade ou não do colonizador (Oliveira; Silva; Ferreira, 2024, p. 32).



A mesma lógica manifesta-se no contexto escolar. O exemplo concreto se refere à crianças que levam para a escola o seu lanche feito de alimentos socialmente marcados como “próprios da periferia”, como por exemplo, mandioca, batata-doce, maçaroca, *nxikwa* ou *nxinguandza* (pamonha), *txobobo* (conhecido na área urbana como *gulabo*) e pão com *badjia* (igualmente designado pastel de feijão *nyemba* ou *timbaweni*), tornam-se alvo de comentários depreciativos e de práticas de *bullying*, em detrimento de crianças que ingerem sanduíche, sucos de pacotinho, refrigerantes, biscoitos recheados, etc., Silva e Barros (2025) argumentam que o que deveria constituir expressão de pertença cultural converte-se em motivo de exclusão, que intensifica posições de hierarquias simbólicas no espaço educativo. Ainda no mesmo cenário, os autores sublinham que:

[...] a cultura escolar deve romper com a pedagogia da indiferença e assumir a formação para a empatia, para o acolhimento da diversidade [...] reconhecer que o *bullying* não é “brincadeira de criança” é o primeiro passo para um projeto educativo verdadeiramente humano (Silva; Barros, 2025, p. 5).

Nessa perspectiva, a escola é convocada a problematizar práticas que silenciam saberes locais, promovendo a diversidade alimentar, tal como a linguística, enquanto valor constitutivo da justiça social. Na concepção de Sousa (2019), em Bourdieu (1977), o *habitus*, refere-se a disposições incorporadas que orientam percepções e práticas do dia a dia, que naturalizam distinções historicamente construídas. Assim a preferência por alimentos industrializados e de matriz ocidental, em detrimento de preparações tradicionais, não constitui mera escolha individual, mas expressão de disposições socialmente produzidas.

A desvalorização das comidas típicas manifesta-se, do mesmo modo, em relação às preparações tradicionais que, segundo Oliveira (2005, p. 20), “não atraem pelo olhar, atraem pelo gosto”. Entre elas destacam-se pratos à base de folhas verdes, como a *mathapa* (folhas de mandioqueira), *mbowa* ou *matsawu ya tinwembe* (folhas de aboboreira), *nyangana* ou *matsawu ya timbaweni* (folhas de feijão-nyemba) e *xiguinya* (preparação típica da região



sul de Moçambique, à base de mandioca e folhas verdes). Geralmente, são confeccionados com leite de coco, amendoim ou castanha de caju pilado, enriquecidos com camarão seco ou insetos comestíveis, como gafanhoto⁵. Apesar do seu valor nutricional, histórico e identitário tais preparações são frequentemente alvo de preconceitos e estereótipos, sendo associadas a práticas alimentares atrasadas ou pouco prestigiadas, contribuindo para a reprodução de hierarquias culturais. Esta comida revela menos uma questão estética, no entanto, direciona toda a atenção ao sabor, que é bastante peculiar, como observa, Oliveira (2005) para além de que, constituem fator protetor para o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (DCnTs).

Gonçalves (2004) por sua vez, recorda que o paladar envolve formas específicas de preparar, apresentar e consumir os alimentos; por meio dele, indivíduos e grupos afirmam distinções e identidades. O autor acrescenta que a experiência gustativa ultrapassa o sentido sensorial estrito, e assume um papel fulcral na construção da simbologia social. Tempasse (2005, p. 48), por sua vez, indica que “sentir o gosto da comida aciona a memória, a emoção, o afeto e outros sentimentos”. Este panorama simbólico e emocional do ato de comer, contudo, não diverge das estruturas amplas de poder.

Daí que Oliveira, Silva e Fereira (2025) sublinham que, no contexto do capitalismo contemporâneo, os alimentos podem converter-se em instrumentos de dominação, quando um determinado padrão alimentar se impõe como o único legítimo, desconsiderando tradições e memórias coletivas. Assim, aquilo que se apresenta como simples preferência ou escolha individual pode refletir processos amplos de hierarquização cultural e imposição simbólica.

Lévi-Strauss (1966) citado por Gonçalves, (2004) arremata, ao pautar que o alimento é também linguagem que comunica cultura, identidade, afeto e *status* social, através de cores, sabores e aromas. Logo, a sua desqualificação implica a negação de sistemas de sentido que estruturam a vida social. À semelhança do que ocorre no campo linguístico, sujeitos tendem a ocultar ou reformular práticas alimentares como estratégia de adequação às



expectativas dominantes. Esse movimento empobrece a diversidade cultural, como simultaneamente, fragiliza memórias coletivas e vínculos comunitários. Portanto, questionar a desvalorização das práticas alimentares tradicionais significa, interpelar a própria lógica da modernidade excludente e afirmar a pluralidade de modos de existir, comer e falar.

Considerações finais

O artigo permitiu compreender que as práticas de falar e comer, longe de se restringirem a hábitos individuais, constituem dimensões estruturantes da identidade e da organização simbólica da vida social. Na região sul de Moçambique, tanto as línguas maternas quanto as práticas alimentares tradicionais, continuam atravessadas por processos históricos de hierarquização cultural que associam o local ao atraso e o ocidental à modernidade e ao prestígio. Patenteou-se que a estigmatização linguística e alimentar opera como mecanismo de distinção social, produzindo exclusões sutis, porém, persistentes nos espaços escolares, laborais e familiares. Tais dinâmicas revelam a eficácia da violência simbólica, que naturaliza desigualdades e induz os próprios sujeitos a ocultarem elementos centrais das suas identidades como estratégia de inserção social.

Conclui-se, deste modo, que questionar a subvalorização das vivências ancestrais implica problematizar os fundamentos de uma modernidade que se constrói pela negação da diversidade. A promoção de uma educação e de práticas institucionais comprometidas com a pluralidade linguística e alimentar, revela-se condição primordial para o fortalecimento da justiça social e da cidadania cultural no contexto moçambicano.

Torna-se ainda, urgente que políticas educacionais e culturais avancem no reconhecimento formal das línguas nacionais e das práticas alimentares tradicionais, como patrimônios vivos, incorporando-as de modo sistemático aos currículos, às formações docentes e ao funcionamento institucional. Tal movimento não se restringe à valorização simbólica, porém, exige uma



redistribuição do capital cultural legitimado, capaz de deslocar hierarquias historicamente naturalizadas. Nesse sentido, a descolonização cultural apresenta-se como gesto retórico, político e pedagógico contínuo de reorganização dos critérios de legitimidade social. O artigo, portanto, abre caminho para investigações empíricas que aprofundem a análise dessas dinâmicas em diferentes contextos regionais e institucionais, contribuindo para uma agenda de pesquisa comprometida com reconhecimento cultural, justiça simbólica e transformação social.

Referências

AGUIAR, Cristiane Regina Mendes de; SANTOS, Paola Pereira dos; MARCHIORI, Juliana Marino Greggio. Consumo de insetos como fonte alimentar e sua segurança. **Revista Ciências Nutricionais Online**. v. 5, n. 1, p. 18-27, 2021. Disponível em: <https://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cienciasnutricionaisonline/sumario/104/25062021101252.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2026.

BACCEGA, Maria Aparecida. O estereótipo e as diversidades. **Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 13, p. 7-14, 1998. Disponível em: https://revistas.usp.br/comeduc/pt_BR/article/view/36820. Acesso em: 3 nov. 2025.

BENSON, Carolyn Jane. **Relatório final sobre o ensino bilíngue**: resultados da avaliação externa da experiência de escolarização bilíngue em Moçambique (PEBIMO). Maputo: [s. n.], 1997.

BOURDIEU, Pierre. **Outline of a theory of practice**. Tradução de Richard Nice. Cambridge: Cambridge University Press, 1977

CANESQUI, Ana Maria; GARCIA, Rosa Wanda Diez. **Antropologia e nutrição**: um diálogo possível. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

CASTIANO, José Parafino; NGOENHA, Severino; BERTHOUD, Gerard. **A longa marcha duma educação para todos**. Moçambique. 3. ed. Maputo: Publix Editora, 2013.

COVANE, Lourenço Alfredo. **Ensino bilíngue em Moçambique**: um confronto entre forças centrípetas e centrífugas. Maputo: UEM, 2022.



FIRMINO, Gregório. Nomes dos vatonga de Inhambane: entre a “tradição” e a “modernidade”. **Etnográfica**: Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia, v. 12, n. 1, p. 129-141, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/271300423_Nomes_dos_vatonga_de_Inhambane_entre_a_tradicao_e_a_modernidade. Acesso em: 12 set. 2025.

GAVA, Alessio. Empirismo e observação: uma perspectiva histórica sobre a primazia da observabilidade no empirismo construtivo de Van Fraassen. **Griot**: Revista de Filosofia, v. 13, n. 1, p. 70-86, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/326891880_Empirismo_e_observacao_uma_perspectiva_historica_sobre_a_primazia_da_observabilidade_no_empirismo_construtivo_de_Van_Fraassen. Acesso em: 5 jan. 2026.

GOMES, Silvestre Filipe. Ensino bilíngue em Moçambique: entrevista com Professor Doutor Feliciano Chibutane. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, [S. l.], v. 7, 2022. DOI: 10.20873/uft.rbec.e13420. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/campo/article/view/13420>. Acesso em: 12 jan. 2026.

GONÇALVES, José Reginaldo. A fome e o paladar: a antropologia nativa de Luís da Câmara Cascudo. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 33, p. 40-55, 2004. Disponível em: <https://uerjsa.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/04/a-fome-e-o-paladar.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2025.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Du miel aux cendres**. Paris: Plon, 1966. (Mythologiques, 2).

DOUGLAS, Mary. **Purity and danger**: an analysis of concepts of pollution and taboo. London: Routledge & Kegan Paul, 1966.

MAZULA, Brazão; SEVERINO, António Joaquim. **Educação, cultura e ideologia em Moçambique**: 1975-1985 (em busca de fundamentos filosófico-antropológicos). São Paulo: Cortez Editora, 1995.

MENEZES, Leonarda Jacinto José Maria. **O ensino bilíngue em Moçambique**: entre a casa e a escola. 2013. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.



MOÇAMBIQUE. Lei n.º 4/83, de 23 de março. Aprova o Sistema Nacional de Educação. **Boletim da República**, Maputo, I Série, n. 12, 23 mar. 1983.

MUARA, Júlio Magido Velho. **Produção científica em políticas públicas educacionais de Moçambique**. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2020.

NGUNGA, Armindo Saúl Atelela. Os desafios da investigação linguística em África: o caso de Moçambique. **África**, n. 42, p. 86-108, 2021. Disponível em: https://revistas.usp.br/africa/pt_BR/article/view/193963. Acesso em: 23 maio 2025.

OLIVEIRA, Ana Carolina Gondim de albuquerque; SILVA, Paulo Henrique Tavares da; FERREIRA, Jéssica Feitosa. Colonialidade alimentar: violação à segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas**, Florianópolis, v. 10, n. 2, 2024. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistadspp/article/view/10921>. Acesso em: 30 abr. 2026.

OLIVEIRA, Fátima Helena de Azevedo. Termos da culinária Africana. Centro de Letras e Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Revista Interface**, Rio de Janeiro, n. 9, 2005.

OLIVEIRA, Julvan Moreira de. Educação e africanidades: contribuições do pensamento de Kabengele Munanga. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 21., 1998, Caxambu. **Anais** [...]. Caxambu: ANPED, 1998.

PATEL, Samima Amade. O lugar das línguas moçambicanas no panorama educacional de Moçambique: que perspectivas? **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 23, n. 2, p. 144-160, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/43490>. Acesso em: 9 jun. 2025.

PORTAL DA LITERATURA. **Calane da Silva**. 2026. Disponível em: <https://www.portaldaliteratura.com/autores.php?autor=2295>. Acesso em: 6 abr. 2026.



SILVA, Alieti Serafim da; BARROS, Átila. Bullying no desenvolvimento de compulsão alimentar e transtornos alimentares em crianças e adolescentes. **Revista Tópicos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 22, p. 1-14, 2025. Disponível em: <https://revistatopicos.com.br/artigos/bullying-no-desenvolvimento-de-compulsao-alimentar-e-transtornos-alimentares-em-criancas-e-adolescentes>. Acesso em: 6 fev. 2026.

SILVA, José Alexandre; MARÇAL, Maria Antônia. Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 279-283, 2012. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/praxeduc/v07n01/v07n01a14.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2025.

TCHIMBOTO, Bonifácio. **Línguas & Cultura**. Introdução a Etnolinguística e Oralidades Africanas. Porto: Paulinas Editora, 2024.

TEMPASSE, Mártin César. **Orerémbiú: a relação das práticas alimentares e seus significados com a identidade étnica e a cosmologia Mbyá-Guarani**. 2005. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

TIMBANE, Alexandre António. A complexidade do ensino em contexto multilíngue em Moçambique: políticas, problemas e soluções. **Calidoscópio**, São Leopoldo, v. 13, n. 1, p. 92-103, 2015.

TIMBANE, Alexandre António. A variação linguística do português moçambicano: uma análise sociolinguística da variedade em uso. **Revista Internacional em Língua Portuguesa**, Lisboa, n. 32, p. 19-38, 2017. Disponível em: <https://www.rilpaulp.org/index.php/rilp/article/view/RILP2017.32.1>. Acesso em: 22 mar. 2024.

TOVELA, Vitória Estêvão; TEIXEIRA, Luciana de Almeida Silva; MUARA, Júlio Magido Velho. Olhar reflexivo sobre o sistema de ensino e a implementação de políticas de educação em Moçambique. **Revista Entreideias: Educação, Cultura E Sociedade**, v. 14, n. 1, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/re.v14i1.64907>. Acesso em: 19 fev. 2026.

WOORTMANN, Ellen; CAVIGNAC, Julie A. **Ensaio sobre a antropologia da alimentação: saberes, dinâmicas e patrimônios**. Natal: Edufrn, 2016.



ZOSSOU, Alban Aminou. O conceito africano de língua: representação, manifestação e importância social. Entendimento no grupo etnolinguístico Fon. **Revista de Antropologia da UFSCar**, São Carlos, v. 13, n. 2, p. 48-61, 2021. Disponível em: https://www.rau.ufscar.br/wp-content/uploads/2022/10/4_13-2.pdf. Acesso em: 25 abr. 2025.

Notas

- 1 *Vigna unguiculata*(L.) - Nome científico do feijão nyemba (também conhecido como feijão-caupi).
- 2 *Momordica balsamina* - parente do melão-de-são-caetano: é uma hortaliça que nasce espontaneamente em quintas e campos de Moçambique. As folhas e os frutos (tihaca) são preparados com leite de amendoim e de coco.
- 3 Raul Alves Calane da Silva – Poeta, jornalista e Escritor moçambicano. Coordenou a Gazeta Artes e Letras da revista Tempo, em 1985, e foi chefe da redação da Televisão Experimental de Moçambique, em 1987. Foi membro da direcção da Associação dos Escritores moçambicanos. Dirigiu, o Centro Cultural Brasil-Moçambique, em Maputo (Portal da literatura, 2026).
- 4 Processo histórico e estrutural que impõe padrões alimentares eurocêntricos e capitalistas, desvalorizando culturas tradicionais, como as indígenas e africanas (Oliveira; Silva; Ferreira, 2024).
- 5 *Schistocerca gregária* - rica em magnésio, cobre, ferro e zinco, com destaque para o teor de proteína encontrado que variou entre 52,35 a 76%, com perfil de aminoácidos comparado ao padrão estabelecido pela Organização Mundial de Saúde e uma contribuição energética de 435 a 453 kcal/100g (Zielinska et al. apud Aguiar; Santos, Marchiori, 2021, p. 2).



Como citar

DJAMBA, Percina António; TOVELA, Vitória Estêvão; BARBOSA, Marinalva Vieira; TEIXEIRA, Luciana de Almeida Silva; MUARA, Júlio Magido Velho. Falar e comer: estereótipos culturais e subvalorização das vivências ancestrais no Sul de Moçambique. **Educação em Análise**, Londrina, v. 11, p. 1-26, 2026. DOI: <https://doi.org/10.5433/1984-7939.2026.v11.55183>.

Submetido em: 11 de maio de 2026

Aceito em: 07 de julho de 2026

Publicado em: 14 de setembro de 2026



CRediT

Reconhecimentos	Não se aplica
Financiamento	Não se aplica
Conflicto de intereses	Os autores certificam que não tem interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.
Aprovação ética	Não se aplica
Contribuição dos autores	DJAMBA, P. A. declara ter realizado conceitualização e redação - preparação do rascunho inicial. TOVELA, V. E. declara ter realizado conceitualização e redação - preparação do rascunho inicial. BARBOSA, M. V. declara ter realizado validação e redação -revisão e edição. TEIXEIRA, L. A. S. declara ter realizado -redação - revisão e edição. MUARA, J. M. V. declara ter realizado metodologia e redação - revisão e edição.

Equipe Editorial

Editora de seção:	Quenizia Vieira Lopes
Membro da equipe de produção:	Helen Michele Torrecillas
Assistente de editoração:	Ana Luiza Marques Pedraçoli
Layout e Diagramação:	Carolina Motter Pizoni - Escritório de Apoio ao Editor Científico

